

**FILOSOFIAS AFRICANAS E SEU ENSINO: DA PORTEIRA DE FORA À
PORTEIRA DE DENTRO NA PRÁTICA EDUCATIVA**

**AFRICAN PHILOSOPHIES AND THEIR TEACHING: FROM THE OUTER
GATE TO THE INNER GATE IN EDUCATIONAL PRACTICE**

**LAS FILOSOFÍAS AFRICANAS E SU ENSEÑANZA: DEL PORTÓN DE
AFUERA AL PORTÓN DE ADENTRO EN LA PRÁCTICA EDUCATIVA**

Geranilde Costa e Silva¹
Ivan Costa Lima²
Claúdio de Souza Rocha³

RESUMO

Esse artigo tem por interesse discutir sobre as Filosofias Africanas e o seu ensino, problematizando como este debate tem sido relegado pela filosofia tradicional no Brasil. Pretende-se questionar, a partir de uma base reflexiva e crítica, a urgência de novas abordagens sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira. Para tanto, é feita uma discussão tendo como base as dimensões africanas e afro-brasileiras que sustentam a necessidade de ampliar o conhecimento sobre as filosofias africanas e suas continuidades no ensino brasileiro. A abordagem metodológica utiliza-se da dimensão bibliográfica articulada à prática educativa dos autores(as), para explicitar os desafios de relacionar prática social e debate acadêmico sobre o tema da porteira de fora à porteira de dentro. Considera-se que esta reflexão possa contribuir para o conhecimento de novas bases epistemológicas sobre as filosofias africanas e diaspóricas como contribuição na descolonização do pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: filosofias africanas; filosofias afro-brasileiras; ensino de filosofia; práticas educativas; descolonização.

ABSTRACT

This article aims to discuss African philosophies and their pedagogical dissemination, critically examining how this discourse has been marginalized within the conventional philosophical context in Brazil. The intention is to investigate, based on a reflective and critical foundation, the pressing need for novel approaches regarding African and Afro-Brazilian history and culture. To accomplish this, a discussion is undertaken grounded in the African and Afro-Brazilian dimensions, which underpin the imperative to augment the comprehension of African philosophies and their continuities within Brazilian education. The employed methodological approach combines bibliographic analysis with the pedagogical practice of the authors, thus elucidating the challenges associated with bridging the gap between social praxis and academic discourse, encompassing the external gate and inner gate theme. This endeavor acknowledges the potential of this reflection to contribute to the establishment of new epistemological

¹ Doutora em Educação, professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab/CE, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4058-9684>, email: geranildecosta@unilab.edu.br.

² Doutor em Educação, professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab/CE, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8332-6644>, email: ivanlima@unilab.edu.br.

³ Doutor em Difusão do Conhecimento, professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8202-6375>, email: claudio.rocha@ufersa.edu.br.

foundations concerning African and diasporic philosophies, thereby serving as a pivotal contribution towards decolonizing the Brazilian social thought.

Keywords: african philosophies; afro-Brazilian philosophies; philosophy education; educational practices; decolonization.

RESUMEN

El propósito de este artículo es discutir las Filosofías Africanas y su enseñanza y problematizar como este debate ha sido relegado por la filosofía tradicional en Brasil. El objetivo es cuestionar, desde una postura reflexiva y crítica, la urgencia de nuevos enfoques sobre la historia y la cultura africana y afrobrasileña. Con este propósito, se realiza una discusión basada en las dimensiones africanas y afrobrasileñas que fundamentan la necesidad de ampliar el conocimiento sobre las filosofías africanas y su continuidad en la enseñanza brasileña. El enfoque metodológico hace uso de la investigación bibliográfica, articulada con la práctica educativa de los/as autores/as, para explicar los retos de vincular la práctica social y el debate académico con la figura del portón de afuera al portón de adentro. Se considera que esta reflexión puede contribuir al conocimiento de nuevas bases epistemológicas sobre las filosofías africanas y afrobrasileñas como contribución a la descolonización del pensamiento social brasileño.

Palabras-clave: filosofías africanas; filosofías afrobrasileñas; enseñanza de la filosofía; prácticas educativas; descolonización.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende trazer um olhar que busca problematizar uma lacuna em torno da história de base africana e da população negra no Brasil, que, durante muito tempo, foram deixadas de lado, exatamente por conta de um olhar preconceituoso e racista sobre o continente africano e sua continuidade nas Américas.

Esse desconhecimento de forma sistematizada da história africana e na diáspora começa a ser questionado, evocando-se a construção de uma historiografia filosófica de base antirracista, construindo estudos e reflexões que reforçam como as sociedades africanas constituíram escolas filosóficas que influenciaram de maneira irremediável o processo civilizador brasileiro. Portanto, “Isto significa que não podem haver filosofias Ocidental ou Africana como disciplinas acadêmicas e, nem filosofia como a busca existencial humana do conhecimento enquanto o contínuo resultado da aprendizagem pela experiência” (RAMOSE, 2011, p. 11), ou seja, para além da dimensão teórica, tem-se a filosofia como experiência de todo e qualquer povo.

Desta forma, , nossa contribuição está em demonstrar a existência de um *continuum* do Brasil com o continente africano, a partir de um debate epistemológico de base filosófica, que objetiva sistematizar conhecimentos produzidos no decorrer do tempo dentro da prática pedagógica dos(as) autores(as) como possibilidade de ampliar

o olhar sobre os estudos filosóficos na educação.

Dessa forma, é um convite à reflexão acerca das Filosofias Africanas e o seu ensino tendo como propósito a formação de professores(as) dentro do contexto do fortalecimento da Lei N.º 10.639/03, legislação que determina o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica, rede pública e particular.

Iniciamos apresentando a categoria filosófica analítica de base afro-brasileira “Da porteira de fora para a porteira de dentro”, que tem em sua gênese no modo de pensar de Mãe Senhora⁴ para tratar da existência quanto ao agir e pensar do(a) pesquisador(a), que se utiliza de uma metodologia desde fora e desde dentro. Categoria posteriormente sistematizada por Narcimária Luz (2000), que nos explica:

[...] a metodologia “desde fora” refere-se aos procedimentos utilizados pelo pesquisador, cujas impressões limitam-se a atender apenas ao seu próprio quadro de referências. A metodologia “desde dentro” procura estabelecer entre o pesquisador e o grupo social, do qual ele se aproxima, experiências em nível bipessoal, intergrupar, em que o universo simbólico e os elementos que o integram, só podem ser absorvidos num contexto dinâmico, ancorado na realidade própria do grupo social que constitui o núcleo da pesquisa. (LUZ, 2000, p. 21-22 *apud* SOUZA, 2005, p. 28)

Desta forma, articulad^o a esta dimensão, busca-se ampliar a compreensão sobre o arcabouço analítico, propiciado pelas concepções trazidas por cosmovisões elaboradas ao longo do processo de formação do sistema cultural de base africana e sua continuidade no escravismo criminoso no Brasil. Com isso, a dimensão filosófica ressignifica o tempo e o espaço de vivências dos negros(as) na educação brasileira, que é forjada de diferentes formas, levando-se a filosofia da ancestralidade:

O sistema cultural negro-brasileiro, na sua complexidade e dinâmica, expressa excelentemente bem as possibilidades curriculares encruzilhadas na formação e nas estabilizações das ruas, dos territórios, das rodas de samba e de capoeira, entre tantas outras manifestações culturais, em que os traços culturais comuns, a rigor uma cosmogonia, exigem o reconhecimento e, ao mesmo tempo, delineiam uma noção de currículo expandido desse sistema cultural e dos seus princípios estruturantes. É desse complexo cultural que emerge o objeto da filosofia da ancestralidade, que exemplifica o alcance epistemológico desse sistema cultural, que é o objeto desse campo de conhecimento. (ANTONIO, 2015, p. 122)

Nesse sentido, convidamos educadores(as), estudantes e demais interessados(as) para os elementos que implicam na elaboração de práticas pedagógicas com base em proposições descolonizadoras e calcadas nas experiências conduzidas pela história e a cultura africana e afro-brasileira, contribuindo para desmistificar o domínio de base ocidental sobre a filosofia (ABPN, 2020). A descolonização diz respeito a tarefa de questionar o caráter etnocêntrico da filosofia ocidental, que, segundo Noguera (2014, p. 28), tende “a excluir outros estilos, linhas e abordagens filosóficas, negando a legitimidade epistemológica dessas abordagens que não são ocidentais”. Neste sentido, descolonizar olhares significa o enfrentamento dos meios utilizados pela colonização, que pretendeu inferiorizar outros povos. Machado (2014a, p. 158) diz: “Seria descolonizar a filosofia e isso implica no seu ressignificar, onde ela aparece a serviço da ética, lugar em que, como já dito, o indivíduo é o bem maior e não os interesses políticos de países que tentam obter a ‘todo custo’ todo poder possível, [...]”.

Assim, significa a necessidade de debater sobre as Filosofias Africanas e o seu ensino, apresentando-se numa perspectiva diversa de crer, existir e pensar, que, em acordo com Sodré (2017), é necessário, pois precisamos construir alternativas, ao mesmo tempo, ética e epistêmica para fazer frente à filosofia tradicionalmente praticada no meio acadêmico brasileiro.

Argumentamos que, na atual conjuntura, compete às diferentes instituições educativas (educação básica e ensino superior) contribuir em romper com um pensamento alicerçado em uma única forma de compreensão de mundo, cabendo a elas refletirem sobre as formas coletivas trazidas pelo pensamento e conhecimento africano. Com isso, Cunha Júnior (2010, p. 82) reforça a existência e pertinência do pensamento africano, na medida em que se colocam como “formas filosóficas de refletir e ensinar e aprender sobre as relações dos seres da natureza, do cosmo e da existência humana, são filosofias pragmáticas da solução dos problemas da vida”. De tal forma, significa problematizar o que foi considerado ao longo do tempo como universal, diga-se o europeu. Como nos diz Noguera (2014, p. 33), essa elaboração de universal foi estabelecida “[...] para a exclusão total do outro lado”, em nosso caso das tradições filosóficas africanas e na diáspora.⁵

Dentro deste contexto, temos o provérbio africano abaixo:

Não é da minha boca
É da boca de A
Que o deu a B
Que o deu a C
Que o deu a D

Que o deu a E
Que o deu a F
Que o deu a mim
Que o meu esteja melhor na minha boca
Que na dos ancestrais. (Ki-Zerbo, 2010, p. 32)

Provérbio que ratifica a necessidade de prolongarmos saberes e conhecimentos que chegaram a nós pelos nossos(as) mais velhos(as) e/ou ancestrais até os nossos(as) mais novos(as). Neste caso específico, estamos referindo-nos aos saberes e conhecimentos de base filosófica africana (de África e da sua diáspora) que nos permitem pensar e compreender questões de fulcro primeiro e/ou existenciais, por exemplo: O que é o Ser Humano? O que é a Pessoa? Qual a constituição do Ser Humano?

Essas são indagações já tratadas e respondidas por diversos grupos e/ou civilizações africanas. Podemos citar, por exemplo, os africanos antigos de Kemet que “chamavam os humanos de *rxyt* possuidores do conhecimento” (Karenga, 2009, p. 356), o que significa dizer que o conhecimento e/ou a capacidade de produzir conhecimento é uma capacidade que define o Ser Humano, mas também como algo necessário “a realização de nossa humanidade nas suas formas mais plenas e mais prolíferas” (Idem, p. 356).

Já o africano Amadou Hampaté Bâ, filósofo e etnólogo malinês, contribui com esse debate ao nos presentear, do seu lugar de mais velho, com o manuscrito “A noção de pessoa na África Negra”, momento em que disserta sobre a definição de pessoa, explicando:

[...] o ser humano não é uma unidade monolítica, limitada a seu corpo físico, mas sim um ser complexo habitado por uma multiplicidade em movimento permanente. Ele não se trata, portanto, de um ser estático, ou concluído. A pessoa humana, como a semente, evolui a partir de um capital primeiro, que é seu próprio potencial e que vai se desenvolvendo ao longo da fase ascendente de sua vida, em função do terreno e das circunstâncias encontradas. As forças liberadas por esta potencialidade estão em perpétuo movimento, assim como o próprio cosmos (BÂ, 1981, p. 3).

Podemos então concluir, a partir do pensamento de Hampaté Bâ, que segundo a Filosofia Fula e Bambara, o Ser Humano tem em sua constituição um “capital primeiro” que se refere à carga biológica e psicológica. Assim, é urgente construirmos novos contornos teóricos e desconstruir vocabulário hegemônicos a partir de “um novo

jogo de linguagem” que promova a diversidade (SODRÉ, 2017, p. 18).

Ainda é possível trazer o pensamento do psicólogo⁶ estadunidense Wade Nobles dando conta da definição de Ser Humano, segundo a língua e lógica iorubás, o qual é formado por um corpo e um espírito. O Corpo ou *ara* - é formado pela divindade *Orisannla*. É por meio do *ara* que a pessoa estabelece relação com o meio ambiente, assim: “essa é a parte da pessoa que se pode tocar e sentir” (NOBLES, 2009, p. 281). Sendo que o *ara* pode sofrer danos e desintegra-se depois da morte. E a parte e/ou componente “essencial” da pessoa é o espírito também nomeada de “força espiritual” ou espiritualidade (*emi*), isso porque: [...] o *emi* dá vida à pessoa. É seu elemento divino e vinculado diretamente à Deus. Depois que a pessoa morre, o *emi* retorna ao *Elemi* (dono do Espírito, Deus). Como pessoa, o indivíduo também possui cabeça interior, ou *ori inu* (NOBLES, 2009).

Sendo que a pessoa recebe diretamente de Olodumaré (o Ser Supremo) essa cabeça interior, que se constitui o “espírito” particular da pessoa, de modo que o *ori inu* “é o guardião do eu, carrega o nosso destino e influencia a personalidade.” (Idem, p. 282). Nobles ainda explica que na concepção de pessoa da língua e lógica iorubás, além de *emi* (que é a essência divina) e do *ori inu* (que é a essência pessoal), a pessoa tem *eje* e *okan*, sendo que o *okan*: “[...] representa o elemento imaterial (essência) que é a sede da inteligência, do pensamento e da ação. [...] Acredita-se que o *okan* exista antes mesmo de a pessoa nascer. É a *okan* dos ancestrais que reencarna no recém-nascido.” (Ibidem, 282). E o “*Eje* é o sangue, expressão física da energia eletroquímico magnética que constitui a força (essência) que garante e anima a vida.” (Idem, p. 282).

E finalizando a concepção de pessoa da língua e lógica iorubás,

[...] também acreditam que se deve ter um *ori* e um *eje*. O *ori* governa, controla e orienta a vida das pessoas e de fato a ativa. O *ori* é portador do destino e ajuda a pessoa aquilo que veio fazer na Terra. *Ori* é ao mesmo tempo “a essência da pessoa” e seu guardião e protetor. Está intimamente ligado a *emi*. *Eje* é o sangue, expressão física da energia eletroquímico magnética que constitui a força (essência) que garante e anima a vida. (OPUS, 282)

Dessa forma, é possível afirmar que as Filosofias Africanas, a exemplo de tantas outras filosofias, também debruçaram-se e debruçam-se em discutir, estudar e explicar questões de interesse da humanidade. Afinal, conforme Sodré (2017, p. 32), “Pensar não é exercitar uma mera capacitação intelectual, e sim dar curso ao movimento de forças que acionam a paixão grupal (o pathos)”. Para o escritor do *Pensar Nagô*, pensar é

contemplar questões essenciais à vida e à morte, e isso não é restrito aos gregos ou alemães. Para Muniz Sodré,

É isso que acontece num largo período da Hélade ou Grécia antiga, embora se caracterize por grandiosas realizações civilizatórias, não foi exclusivo a esse grupo humano: egípcios, indianos, chineses e outros se alinham no plano comparativo, cada qual em sua movimentação autóctone, com características próprias (SODRÉ, 2017, p. 34).

Além da noção de Pessoa e/ou Ser Humano, podemos também nos valer de conceitos e/ou valores civilizatórios da tríade: *nagô*⁷, *jêje* e *banto*, como a Ancestralidade, que se realiza como categoria africana de análise para a produção de sentidos e para experiência ética do Eu-Nós, que:

Tem no mito, no rito e no corpo seus componentes singulares. Tem como desafio a construção de mundos. Tem como horizonte, a crítica da filosofia dogmaticamente universalizante e como ponto de partida a filosofia do contexto. Intenta produzir encantamento, mais que conceitos, mudando a perspectiva do filosofar. Ambiciona conviver com os paradoxos, mais que resolvê-los. É mais propositiva que analítica. É singular e reclama seu direito ao diálogo planetário. Fala desde um matiz cultural, mas não se reduz a ele. Desenvolve o conceito de ancestralidade para muito além de relações consanguíneas ou de parentesco simbólico. (OLIVEIRA, 2012, p. 30)

Importante destacar que *Mito*, *Rito* e *Corpo* são importantes categorias filosóficas africanas analíticas que estão imbricadas na construção e fortalecimento da ética do Eu-Nós. Podemos dizer, por exemplo, do *Mito*, que na lógica das Filosofias Africanas é sinônimo de verdade e atuam na escola da vida, de modo que nos ajudam a entender a organização e disposição social, pressuposto que é ratificado por Hampaté Bâ ao dizer que:

Na África, tudo é “História”. A grande História da vida compreende a História das Terras e das Águas (geografia), a História dos vegetais (botânica e farmacopéia), a História dos “Filhos do seio da Terra” (mineralogia, metais), a História dos astros (astronomia, astrologia), a História das águas, e assim por diante (BÂ, 2010, p. 184).

Por sua vez, a categoria *Corpo* tem sua potência enquanto fonte espiritual, produtor de saberes, sendo o corpo parte do território natureza, e como tal é um elemento de sacralidade. Um corpo que, por excelência, comunica-se e produz fazeres e saberes.

Um corpo que fala por meio da palavra, do gesto, do toque, do choro e também por meio da dança. Corpo que se faz, constitui-se por meio do rito, aqui entendido como uma espécie de “porta de entrada” para a experiência do Eu-Nós das Filosofias Africanas.

Por fim, podemos ainda apresentar a explicação da língua e banto-congo que acreditavam ser a pessoa “uma energia, espírito ou poder” (NOBLES, 2009, p. 282). Nessa perspectiva, Nobles (2009) referencia-se em Fu-Kiau (1991) e explica que o ser humano é ser uma pessoa que é um sol vivo que é dotada de um espírito (essência) cognoscente e cognoscível, e “por meio do qual se tem uma relação duradoura com o universo total, perceptível e ponderável” (*idem*, 2009, p. 282). Para os banto-congo:

o nascimento de uma criança é percebido como a ascensão de um “sol vivo” ao mundo superior (FU-KIAL, 1991 *apud* NOBLES, 2009, p. 282). De modo que a pessoa é ao mesmo tempo o recipiente e o instrumento da energia e dos relacionamentos divinos. É a essência espiritual da pessoa que a torna humana. Como *Ngolo* (energia, espírito e poder), a pessoa é uma fenômeno de “veneração perpétua.

Nesta direção, busca-se compreender que, nesta tradição, a existência é parte da vida coletiva; e que está atrelada a dinâmica filosófica e civilizatória que marcam valores sociais, como a crença em um Deus único, a palavra falada que qualificam sua existência no mundo (LOPES, 2021, p. 148). Neste sentido, os conceitos NTU, MUNTU, BANTU e UBUNTU são as formas dos princípios filosóficos que aparecem nos diferentes povos.

Na raiz filosófica africana denominada de *Bantu*, o termo NTU designa a parte essencial de tudo que existe e tudo que nos é dado a conhecer à existência. O *Muntu* é a pessoa, constituída pelo corpo, mente, cultura e, principalmente, pela palavra. A palavra com um fio condutor da sua própria história, do seu próprio conhecimento da existência. A população, a comunidade é expressa pela palavra *Bantu*. A comunidade é histórica, é uma reunião de palavras, como suas existências. No *Ubuntu*, temos a existência definida pela existência de outras existências. Eu, nós, existimos porque você e os outros existem; tem um sentido colaborativo da existência humana coletiva. (CUNHA JÚNIOR, 2010, p. 26).

De fato, registra-se que essas expressões da vida bantu refletem-se na atualidade na organização de uma filosofia do ser humano, sistematizada pelos estudos de Bono (2014), intitulado Muntuísmo. Para este autor, a existência da ideia de pessoa na

filosofia africana terá nesse neologismo, tirado da palavra Muntu, o desenvolvimento de um modelo teórico de personalismo africano que se “[...] sustenta sobre os três pilares desta corrente: pessoa, comunidade, Deus” (Idem, p. 11). Sobre este ponto de vista, Lopes (2021, p. 146) é enfático ao referir-se que a tradição bantu é detentora de um conhecimento existencial amplo e complexo, diz ele: “Fora de dúvida, então, hoje, a existência de uma filosofia banto, e de uma personalidade africana perfeitamente definida, bem como de um conjunto de saberes ancestrais compartilhados por toda uma tradição negro-africana”, que se colocam como conhecimentos a serem compartilhados.

Diante deste conjunto significativo de reflexões, é que em 2006, no livro “25 Anos (1980 - 2005): Movimento Negro no Brasil”⁸, Januário Garcia nos diz: “Podemos falar em África sem falar do Brasil. Mas jamais poderemos falar do Brasil sem falar em África”(p. 32). Contudo, considerando esta afirmativa e relacionando-a ao provérbio acima apresentado podemos indagar: **Como explicar que estas filosofias apesar de tão antigas e importantes não se popularizaram em solo brasileira? Ou seja, o que justifica o fato dessas filosofias não serem de conhecimento público das instituições de ensino, universidades e escolas brasileiras?** Questionamentos que se justificam se considerarmos que o Brasil tem sua formação cultural em raízes africanas e que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54% da população brasileira é negra (pretos + pardos).

Respondemos a estas indagações afirmando que houve (e ainda há) grande desconhecimento e mesmo recusa à existência das Filosofias Africanas, tendo como fundamento o Racismo contra os povos africanos e afro diaspóricos, tendo com explicação o fato de que

O modelo científico, por exemplo, naturalizou a “superioridade ariana” sobre a “inferioridade africana” dando a essa taxonomia um status de científica. Ao “biologizar” o social, naturalizou os papéis de inferior para os negros e de superior para os brancos. Ao mesmo tempo, os sistemas filosóficos e políticos desenvolviam-se na Europa, justificando a superioridade europeia sobre o resto do mundo, transformando em metafísica o que era apenas um dado histórico, isto é, construído socialmente. (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

Pressuposto alimentado pela afirmativa de que a Filosofia é fruto de uma capacidade exclusiva dos Gregos, sendo uma estratégia do epistemicídio eurocêntrico para com o continente africano e demais povos, de modo de:

A afirmação de que o berço helênico foi o lugar de emergência do pensamento filosófico, seja como milagre grego ou como resultado de condições históricas, a ideia de que a filosofia é uma modalidade de saber com um dos maiores, senão o mais expressivo, status no ocidente. (APPIAH, 1997, p. 131)

Dessa forma, foi estabelecido a Filosofia como sendo uma categoria “universal” mas de hegemonia grega, o que significa, portanto, dizer que: “A ênfase na mesmidade (sameness) sob a égide do ‘universal’, diz respeito à aparente intenção de estabelecer totalidade e hegemonia” (RAMOSE, 2011, p. 10). Pressuposto que não mais se sustenta, uma vez que:

Todos os seres humanos adquiriram, e continuam a adquirir sabedoria ao longo de diferentes rotas nutridas pela experiência e nela fundadas. Neste sentido, a filosofia existe em todo lugar [...] a Filosofia Africana nasceu em tempos imemoriais e continua florescendo em nossos dias. (OBENGA, 2006, p. 49).

Uma evidência dessa descontinuidade hegemônica da Filosofia foi a instituição de Leis federais como a nº 10.639/03 que determina o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica. Bem como, a Lei nº 11.645/08, que estabeleceu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Essas leis são fruto de mobilização política e reivindicação dos Movimentos Negros e Indígenas por uma educação antirracista na Educação Básica e no Ensino Superior.

Frente ao debate aqui apresentado, compreendemos que ainda há muito a ser feito para que essa hegemonia filosófica grega seja repensada e questionada no âmbito acadêmico, a fim de que haja uma descolonização dos currículos, ação que requer “abertura para distintas compreensões da vida; vontade para refazer, recompor ideias, conhecimentos e para, em colaboração, criar conhecimentos, disposição para criar um novo sistema-mundo”. (OLIVEIRA, 2021, p. 31)

Dentro deste contexto é que aqui apresentamos, de um lado, um pouco das experiências de dois docentes da Unilab no ensino da componente curricular Filosofia da Ancestralidade e Educação nos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e Pedagogia da UNilab (Ceará). E de outro, os estranhamentos filosóficos vivenciados por um docente da Ufersa em processo de aproximação das Filosofias

Africanas e o seu ensino.

A Unilab foi criada em 20 de julho de 2010 por Lei nº 12.289. Recebe alunos(as) dos países africanos de língua portuguesa, sendo eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e também do Timor Leste.

Da porteira para fora: práticas filosóficas na prática pedagógica e seus estranhamentos

Colocado o desafio da necessidade de ressignificar o papel das filosofias de base africana no contexto educacional, contextualizamos, de um lado, nossas práticas, na tentativa de evidenciar os caminhos teóricos e práticos para questionar os conhecimentos filosóficos, até então embasados na dimensão ocidental, para explicar o mundo e a vida. E de outro, os estranhamentos quanto à aproximação das Filosofias Africanas e o seu ensino.

Neste sentido, um dos autores Ivan Lima, professor do curso de Pedagogia na Unilab, no curso de Pedagogia, traz uma experiência vivenciada como docente no ensino superior, cuja formação não é na filosofia clássica, mas numa dimensão de reforçar que existe um pensamento africano, afro diaspórico e da população negra no Brasil, que constrói e elabora um pensamento filosófico que está ancorado nas vivências ancestrais e que contribuiram para forjar a sociedade brasileira, mesmo que alguns as rejeitem.

Salienta-se que este curso de Pedagogia assume como projeto político a dimensão da afrocentricidade, entendida aqui como um processo de compreensão do contexto histórico e cultural advindos do continente africano e da população negra brasileira, como uma agência favorável à liberdade de pensamento, conforme defende Asante (2009). Para dar conta desse processo, apresenta-se a dimensão teórica que leva ao ensino e aprendizagem da componente curricular “Filosofia da Ancestralidade e Educação” junto aos(às) estudantes do curso e do Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades e da Pedagogia. O caminho traçado será a partir de algumas referências teóricas utilizadas ao longo da componente curricular, complementada por outras indicações como base para uma reflexão sobre o olhar que os estudantes trazem sobre o tema.

A componente curricular Filosofia da Ancestralidade e Educação tem sido ofertada no primeiro semestre do curso de Pedagogia, com carga horária de 60 horas, de

caráter obrigatória, integrando o núcleo fundamental de conhecimentos oferecidos aos(as) estudantes do curso em si quanto do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades. A componente propõe-se a ser uma reflexão teórica e prática sobre o universo da filosofia de base africana, da população negra no Brasil e afro-diaspórica, calcada em visibilizar a existência de valores civilizatórios, entre eles a ancestralidade, que é tomada como “categoria capaz de dialogar com a experiência africana em solo brasileiro” (OLIVEIRA, 2012, p. 40).

Para dar conta dessa perspectiva, a componente transita por conceitos como: cosmovisão africana, corpo, mito, rito, tempo, ancestralidade. Relação comunitária. Importância do chão. Necessidade da diversidade e da alteridade. Religiosidade tradicional e sacralidade. Exu: para além do bem e do mal. Filosofia na perspectiva da cosmovisão africana. Ética e estética. Desafia-se a compreender a importância da cosmovisão africana como interpretações necessárias em problematizar o pensamento filosófico ocidental a partir da dimensão histórica e cultural trazida para o Brasil.

Dessa forma, as primeiras discussões dizem respeito a problematizar o conceito tradicional de filosofia, trazendo para a reflexão a discussão trazida por Ramose (2009, p. 8), em que, a partir do questionamento contemporâneo da existência de uma filosofia africana, ele reforça sua existência e desafia o pensamento ocidental a considerar que a experiência dos povos é o campo definidor da filosofia. Com isso, amplia-se o entendimento da existência de uma filosofia africana que está alicerçada nas trajetórias civilizatórias dentro do continente africano e na diáspora. Esse autor já evidencia que o pensar filosófico não se situa como um saber sofisticado restrito aos acadêmicos, mas relacionado ao exercício prático, da vida social. No dizer de Noguera (2014, p. 13), nesse sentido, “Filósofas e filósofos se ocupariam com questões profundas que manteriam distância de eventos corriqueiros ‘desimportantes’”. Questiona-se, desde já, esse pensar.

Para tanto, os(as) estudantes são colocados defronte de diferentes correntes contemporâneas, entre elas a etnofilosofia, filosofia da sagacidade, ensinamentos ancestrais, entre outras, que trazem para o centro do debate o conhecimento da filosofia africana em diferentes frentes de reflexões. O debate é encadeado com o texto de Machado (2014b), que vai situar importantes conceitos que articulam diferentes pensamentos filosóficos africanos, importantes para pensar a Educação das relações raciais no Brasil.

Aqui, a ancestralidade vai ligar-se ao movimento de existência dos povos africanos e na diáspora desde as estruturas sociais, o território político, econômico e cultural. De fato, impõe-se conhecer um protagonismo de base africana que elabora a partir de seus próprios termos outras lógicas de ser e viver.

O próximo debate alicerçado pelas reflexões de Leite (1995/1996, p. 1) traz, ainda que sua leitura seja mais complexa, a existência de valores civilizatórios que podem ser localizados pelo continente africano, evidenciando elementos que fundamentam uma realidade histórica que conjuga bases sociais, culturais, religiosas, familiares e de produção

A partir desse arcabouço teórico que paulatinamente vai reforçando a necessidade de um conhecimento mais amplo sobre a filosofia africana em diferentes reflexões acadêmicas, vamos trazendo bases para a discussão da filosofia da ancestralidade como parte significativa deste debate.

A partir de Oliveira (2012), que evoca a importância da Filosofia da Ancestralidade como filosofia africana, reforça-se que essa componente está alicerçada na experiência social, política e cultural dos povos africanos e na diáspora (OLIVEIRA, 2009), e que, portanto, essas dimensões são fundamentais para implementar na educação brasileira um conhecimento que está para além de uma base religiosa, mas como um sistema cultural que se alimenta dos saberes produzidos no continente africano e na diáspora, como desafio de contrapor-se a um cotidiano balizado por um conhecimento ocidental. O autor aponta elementos que constituem a Filosofia da Ancestralidade, na medida que a ancestralidade “[...] é uma categoria analítica que contribui para a produção de sentidos e para experiência ética” (OLIVEIRA, 2012, p. 30), reforçando que:

[o]s temas da Ética, da Política e da Epistemologia são privilegiados e abordados de acordo com uma perspectiva geopolítica e geocultural que resultarão, em síntese, na perspectiva da Ancestralidade. Em solo brasileiro, a Filosofia da Ancestralidade reivindica para seu fazer filosófico a tradição dinâmica dos povos africanos – especialmente a tríade: nagô, jêje e banto, como leitmotiv do filosofar. No entanto, seu contexto é latino-americano. Tem no mito, no rito e no corpo seus componentes singulares. Tem como desafio a construção de mundos. Tem como horizonte, a crítica da filosofia dogmaticamente universalizante e como ponto de partida a filosofia do contexto. (OLIVEIRA, 2012, p. 29).

Para integrar essa dimensão ancestral, complementa-se este debate a partir do

texto de Pereira (2020) que começa a sistematizar um paradigma afro ancestral assentado na cosmovisão africana e afro-brasileira tendo como eixo a cosmovisão nagô-yorubá, como contribuição dentro da Unilab. Outros autores e autoras vão sendo agregados(as) ao longo do percurso, que não será possível abordar no limite do artigo.

Todavia, para ampliar todas essas percepções, propomos a constituição de rodas de conversas, prática metodológica que amplia o aprendizado coletivo como um instrumento pedagógico importante para estimular o aprender com o outro e a partir do outro. É exercitar, como parte da componente, o desenvolvimento da oralidade.

O foco nas rodas é aprofundar o conhecimento de outras dimensões que contribuem para ampliar o conhecimento dos(as) estudantes acerca de outras proposições que possam subsidiar a ideia trazida pela Filosofia da Ancestralidade. Aqui, a base teórica principal é o livro “Pensamento africano no século XXI” (Macedo, 2016), em especial, para o conhecimento de temas como: panafricanismo, negritude, pensamento filosófico contemporâneo, a contribuição de Diop, Fanon, entre outros pensadores.

Por outro lado, introduzem-se temas como quilombismo na obra de Abdias Nascimento (NASCIMENTO, 2009), o pensamento de Somé (2007), o paradigma de Exú, da filosofia indígena, assim dar forma a diversidade do pensamento filosófico fora dos cânones ocidentais. Nos últimos dois semestres, os resultados dessa discussão são transformados em cartazes, que são expostos na Unilab como forma de ampliar o conhecimento elaborado.

Após esse conjunto de reflexões teóricas, como encaminhamento final da componente curricular, solicita-se que os(as) estudantes façam uma autoavaliação evidenciando como consideram sua participação e aprendizagem dos conteúdos discutidos, atribuindo a si uma nota, que compõem a avaliação final. Considero esse registro importante, pois ele contribui para um balizamento, continuidades e modificações no modo de ensino e aprendizagem até aqui realizados.

Dando continuidade, é apresentado o relato das experiências da professora Geranilde Costa junto ao ensino da componente curricular Filosofia da Ancestralidade e Educação, também junto ao Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e na Pedagogia.

Importante ressaltar que esta componente prevê, além da parte teórica, momentos de imersão em um laboratório de dispositivos de apreensão da filosofia da

ancestralidade e educação, de modo que os(as) discentes têm oportunidade de desenvolver e apresentar suas aprendizagens de forma coletiva por meio uso de linguagens diversas, por exemplo, com apresentações teatrais (com e sem o uso da fala), escrita de cordéis, poemas e paródias, criação de programas de entrevistas em rádios, produção de jogos etc.

Para dar início à componente curricular, a professora faz a preparação do espaço da sala de aula para receber os(as) estudantes, de modo que livros, textos e objetos que abordam de forma direta ou indireta as temáticas da componente são colocados sobre um tapete à frente da sala. Sendo que essa preparação da sala compõe as etapas que objetivam levar os(as) estudantes a vivenciarem *estranhamentos pedagógicos*, de modo que “Estranhar, portanto, é espantar-se, é não achar normal, não se conformar, ter uma sensação de insatisfação perante fatos novos ou do desconhecimento de situações e de explicações que não se conhecia” (BRASIL, 2010, p. 45). A criação desse espaço voltado aos *estranhamentos pedagógicos* está fundamentada na compreensão de que a aprendizagem ocorre por meio da mobilização de todo o nosso corpo, ou seja, articulação entre emoção e razão, assim a dimensão da aprendizagem, enquanto campo de interesse do Ser Humano, dá-se em:

união contínua do corpo e dos sentidos, das emoções e dos sentimentos, dos pensamentos e da imaginação. [...] Este pensamento – que, para o negro africano, não constitui uma função da vida, mas a própria vida, desdobrando-se como forma de participação na natureza – não pode subtrair-se a si mesmo nem abstrair-se do resto do universo para se definir (ELUNGU, 2014, p. 27-29).

Iniciamos o diálogo com os(as) discentes dentro da componente Filosofia da Ancestralidade e Educação indagando sobre “O que é Filosofia da Ancestralidade e qual sua relação com a educação?” De um modo geral, contamos com o silêncio da turma (africanos(as) e brasileiros(as)) que revela não conhecimento sobre tal questão, por conseguinte, sobre as produções nessa área. Manifestações essas que corroboram, como dito acima, com o pensamento de Appiah (1997) quando afirma acerca do epistemicídio eurocêntrico para com o continente africano e demais povos.

No caso dos(as) estudantes brasileiros(as), a professora avalia que esse desconhecimento deve-se ao fato desses(as) serem oriundos de uma educação básica que de forma recorrente ainda apresenta a Filosofia originada na Grega, portanto,

a história da filosofia é, toda ela, pensada a partir de sua fonte grega. Simplesmente os conceitos fundadores da filosofia são primeiramente gregos e não seria possível filosofar ou pronunciar a filosofia fora do elemento desses conceitos. (DERRIDA, 2009, p. 114-115)

O que vai na contramão da proposta do nosso curso de Pedagogia em que “a formação em pedagogia será responsável pela construção do conhecimento descentrada dos saberes europeus”. (UNILAB, PPC/PEDAGOGIA, 2016, p. 55-56).

Quanto aos(as) estudantes africanos(as), esses(as) nos informam que esse estranhamento deve-se ao fato de que em geral é a partir da inserção na Unilab que têm oportunidade de acessar conteúdos e livros atualizados que sistematizam a história e cultura de seus países de origem, entendendo que tal contexto justifica-se porque “Moçambique e os demais países africanos de língua portuguesa - Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde - estiveram submissos ao regime de dominação colonial imperialista por quase cinco séculos” (CULIMUA; FIGUEREDO, 2021, p. 2).

No segundo momento da componente, os(as) discentes são convidados(as) a aproximarem-se e manusearem os materiais colocados sobre o tapete à frente da sala, de modo que raras são às vezes que os(as) alunos(as) relevam conhecer alguns desses materiais, sendo assim, possível evidenciar que os “estranhamentos pedagógicos” os(as) impulsionam a tecer algumas indagações, sendo muito comum indagarem onde a docente conseguiu os materiais, se os textos e livros estão disponibilizados na internet ou na biblioteca na Unilab. É importante destacar que muitos(as) são os(as) discentes que manifestam contentamento ou mesmo rirem ao tocarem nesses livros, textos e objetos evidenciando, assim, satisfação por esse encontro. Comportamentos que evidenciam a mobilização dos corpos em direção ao desconhecido ou para aquilo que se quer conhecer e/ou aprender, de modo que oportunizar os “estranhamentos pedagógicos” têm sido um caminho e/ou estratégia pedagógica para novas aprendizagem, pois “Nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender” (DELEUZE, 2018, p. 222). Dentro deste contexto, os(as) estudantes são orientados(as) a constituírem um diário de aprendizagem, local em que eles/elas farão suas anotações, registrarão dúvidas e aprendizagem. Sendo ainda explicado pela docente que o diário de aprendizagem é um documento a ser produzido de forma individual, cabendo os registros serem feitos não somente por meio da escrita, mas podendo ser acompanhados de desenhos, figuras, imagens etc. E que o mesmo constitui-se em um estratégia

pedagógica de autoavaliação e que deverá ser apresentado de forma oral pelos(as) seus autores e suas autoras ao grupo (docente e demais estudantes) ao final de cada unidade.

A próxima etapa dá-se com o estudo da Filosofia da Ancestralidade como filosofia africana, daí a necessidade de tratar da Filosofia como sendo “produto da história do povo que a produz [...]”, uma vez que “Os conceitos são produtos filosóficos, com personagens, cenários, planos de imanência, enfim, com suas peculiaridades no terreno da filosofia” (OLIVEIRA, 2003, p. 12). Dessa forma, a Filosofia Africana tem a Ancestralidade como categoria principal, uma vez que:

que estrutura a visão de mundo presente na história dos africanos e seus descendentes, sobretudo no que diz respeito às religiões. Sem o princípio de senioridade a organização social das comunidades de terreiro estariam esfaceladas. Sem a ancestralidade não haveria tradição. Sem a tradição não haveria identidade. (*Idem*, 2003, p. 13).

Tal perspectiva abre para duas premissas, a primeira, a de que o Filosofar é uma atividade humana que se dá por meio do ato reflexivo, buscando a si mesmo e/ou o seu mundo. Portanto, “Quando o ser humano reflete buscando a si mesmo ou o mundo que o cerca, ele está tomado pelo “espanto” e essas questões fundamentais surgem na sua mente. Quando o ser humano reflete sobre estas questões fundamentais na busca de respostas, ele está filosofando” (OMOREGBE, 1998, p. 1). A segunda, é a de que o ato de filosofar está presente em todo lugar e com a África não é diferente, pois se tinha “Pessoas que regularmente dedicavam muito tempo refletindo sobre questões fundamentais que surgiam desse encantamento com a realidade ou de sua complexidade, eram os filósofos dessas civilizações” (*Idem*, 1998, p. 3).

Dessa forma, a docente tendo a compreensão de que as reflexões filosóficas africanas podem ser localizadas nos contos, mitos, aforismos e provérbios é que a etapa seguinte de condução da citada componente curricular dá-se por meio do estudo da Mitologia Africana, que, por vezes, tem a presença dos Orixás’ “que são divindades de comunicação entre Olorun/Olodumare, Senhor do destino e os homens, também chamado de elegun” (GAIZ; VITÓRIA, 2012, p. 54). Momento esse bem delicado em função de contarmos com presença de estudantes brasileiros(as) e africanos(as) pertencentes às religiões católicas ou evangélicas e que se recusam, em geral, de modo velado, a ler os mitos, e justificam que vão ficar apenas “escutando” para entender. Temos também aqueles(as) que aceitam ler os mitos e participam ativamente, dentre esses(as) estão os(as) pertencentes às religiões de matrizes africanas. Mas ocorrem

situações, no mínimo inusitadas, em que alguns discentes explicam que se matricularam nesta componente curricular sem o conhecimento da família, pois era constante ouvirem em casa que os Orixás são seres satânicos.

Tais posturas revelam que as filosofias africanas e o seu ensino na universidade esbarram também em situações de preconceito e/ou intolerância contra as religiões de matriz africana, de modo que para o ensino das filosofias africanas faz-se necessário a criação de pedagogias antirracistas que eduquem para o exercício do respeito para com a diversidade religiosa. Assim, uma alternativa criada pela docente para enfrentar esse tipo de preconceito tem sido a realização de rodas de conversas com pessoas dessas religiões de modos que essas podem explicar como dá-se seus processos formativos por meio do estudo da mitologia africana e a estruturação dos espaços de terreiro tendo como fundamento a Ancestralidade.

Outra atividade avaliativa criada pela docente dá-se por meio da indicação da leitura e estudo de mitos africanos que envolvem ou não os Orixás, de modo que por meio de subgrupos os(as) discentes fazem apresentação coletiva, por meio do uso de linguagens diversas, sendo esta uma ação fruto do laboratório de apreensão da filosofia da ancestralidade e educação. Para a apresentação dos mitos os(as) estudantes são incentivados a confecção de roupas e artefatos, produção de cenários e uso de músicas.

Alguns estranhamentos

Por fim, serão apresentados alguns estranhamentos do professor Cláudio Rocha que é graduado em Filosofia, docente da Ufersa e que vem tentando compreender as Filosofias Africanas e o seu ensino. Pensar sobre a Filosofia Africana exige um esforço de ir além do pensamento hegemônico e eurocêntrico construído no decorrer da formação de um estudante de filosofia no Brasil. É certo que o caminho a ser percorrido na construção do pensar decolonial implica desconstruções de padrões, conceitos e perspectivas imposta nas academias, não somente na formação de licenciaturas em filosofia, como também nas licenciaturas de história e geografia. Isso não é tarefa fácil, dado a formação colonial, que nos impõe paradigmas de diferentes discursos históricos (evangelização, civilização, modernização, desenvolvimento e globalização) que procuram sustentar a concepção arbitrária de que há um padrão civilizatório que é, simultaneamente, superior e normal (ASSIS, 2014). Um dos momentos marcantes do

desenvolvimento do ensino superior da filosofia é muito bem sinalizado por Andrade (2017) ao destacar o processo ocorrido na Universidade de São Paulo (USP) a partir da década de 30, ou seja, sob a forma de um ajuste de ponteiros com o suposto “fuso civilizatório europeu”, também como resultado direto e bem-sucedido do projeto dos liberais paulistas. Diz ele,

Após a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932 foram dados os primeiros passos em direção ao projeto de criação da USP – como uma espécie de compensação pelos prejuízos da batalha e em troca de uma trégua nos reclames que insuflaram o motim. Os anseios de ascender à civilidade europeia, que eram compartilhados pela burguesia paulista letrada, foram favorecidos pela nomeação do interventor federal em São Paulo (Governador do Estado) Armando Salles de Oliveira. O traço mais característico deste grupo era crença de que somente a educação poderia redimir o país do atraso político, econômico e social. Assim, no início de 1934, nascia a USP, destinada a promover uma revolução intelectual cujo alcance reverberaria por todo país, modificando em grande medida as estruturas do pensamento vigente. (ANDRADE, 2017, p. 15).

Ora, para Andrade (2017, p. 15), a filosofia no Brasil começou a consolidar-se a partir de sucessivas “missões francesas à USP”, de forma que Foucault referia-se ao “grupo de filósofos uspianos como: o Departamento Francês de Ultramar”. O academicismo uspiano foi levado a frente por figuras como Giannotti, Porchat e Bento Prado Jr. Todos de forte influência pela tradição europeia, especificamente a francesa. Como atesta o Anuário da Faculdade de Filosofia (1934/1935), publicado na ocasião como um conjunto de normas que viria a se tornar a “certidão de nascimento da filosofia na USP” ou “certidão de nascimento da filosofia no Brasil” (*Idem*, 2017, p. 15). Este documento acabou fornecendo as primeiras diretrizes do ensino da Filosofia no Brasil.

Com essas indicações percebemos o quanto foi impactante o colonialismo europeu na construção do ensino de filosofia no Brasil, de forma que a “filosofia feita no Brasil diz pouco ou quase nada sobre o território em que emerge.” (GELAMO, 2022, p. 416). Principalmente, porque:

A insistência em uma prática de leitura e explicação de textos como estratégia exclusiva e autossuficiente da pesquisa filosófica, privilegiando um conhecimento da história da filosofia ocidental, é responsável pela constituição de um saber filosófico totalmente voltado para o Norte global (*Idem*, p. 416).

Para Gelamo (2022), as chamadas missões universitárias francesas realizadas na USP nas décadas de 1930 a 1960, tendo Maugüé como seu principal idealizador e depois Lívio Teixeira, um de seus sucessores, foram determinantes para construção da colonialidade no âmbito da formação filosófica ao atribuir à história da filosofia europeia a condição futura da filosofia no Brasil. A ideia vinda do processo colonial de que só sob influência de uma “cultura consolidada, desenvolvida” poderia contribuir para a construção do progresso no Brasil. Nas palavras de Teixeira (2003), a história da filosofia é “[...] particularmente importante para nós [brasileiros] porque, de um lado, é a única maneira de compreender bem a filosofia contemporânea; de outro lado, é a formação histórica que nos poderá dar os elementos de uma contribuição brasileira à filosofia.” (Teixeira, 2003, p. 199, *apud* Gelamo, 2022, p. 422). Ora, a experiência de construção do curso de filosofia da USP constitui um exemplo dos pressupostos colonizadores da filosofia acadêmica brasileira, como também sinaliza para uma tendência marcante na nossa filosofia, que é o “interesse mais nos comentários de textos do que em oferecimento de contribuições autorais construída a partir de nossa própria realidade, explicitando a ausência de problematização a partir de nosso território.” (Gelamo, 2022, p. 417).

Foi tamanha a influência do Norte Global que qualquer estudante de filosofia no Brasil pode perceber que as pesquisas filosóficas no Brasil estão limitadas a leitura de textos clássicos oriundos da cultura europeia, ou seja “ler os textos filosóficos, conferir o que a tradição e outras leituras atribuem a eles, ganhou autossuficiência em termos de pesquisa.” (GELAMO, 2022, p. 418). Quem participa dos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) já está muito bem acostumado com essa tendência marcante no desenvolvimento das pesquisas filosóficas no Brasil.

A vaidade de querer ser o intérprete adequado de um ilustre falecido impede que conversemos, freia nosso diálogo e, sobretudo, bloqueia uma ágora, uma *res publica*, um estar juntos, a constituição de uma companhia. Daí que a reunião nacional da área não passe, afinal, de uma soma de pequenas reuniões - a dos grupos de trabalho, por sinal uma ideia muito boa -, mas mesmo estas se mostrando pouco dispostas a atacar, de frente, as questões filosóficas: o que fazem com maior frequência é mostrar que se leu direito algum pensador. E o máximo que vemos entre nós é ler algum pensador com alguma originalidade, mas uma originalidade de interpretação, não das ideias, da leitura, da autoria (RIBEIRO, 2014 *apud* GELAMO, 2022, p. 418).

Segundo a crítica do mesmo autor, na sua grande parte, a filosofia acadêmica

construída no Brasil está limitada a “procedimentos histórico-filosóficos”, ou seja, na interpretação ou explicação dos referenciais colonizadores, tida como modelos, ou autorreferência da história da filosofia ocidental, em que os textos “clássicos” da tradição europeia fornecem a base para a obra filosófica construída no Brasil. Para Gelamo (2022, p. 418), fundamentalmente, desenvolveu-se aqui “um estudo da história da filosofia sob uma prática de duplo isolamento: o texto e o contexto da história do pensamento; o texto e a conexão dos clássicos com os problemas que afloram da realidade social”. Portanto, este artigo aponta para a necessidade de uma reavaliação do ensino de filosofia no país, que possa evidenciar perspectivas diversas à filosofia, daquelas praticadas tradicionalmente no ensino superior no Brasil. Dessa forma, discutir filosofia africana e o seu ensino contribui no processo de desconstrução de posturas pedagógicas formadas no horizontes dos processos de imperialidade e colonialidade constituídas junto a imposições epistemológicas do Norte Global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido ao longo de nosso texto, torna-se evidente que o debate refere-se à dimensão teórica, mas também calcados nas experiências vivenciadas como docentes no ensino superior, cuja formação não é na filosofia clássica, mas numa perspectiva de reforçar que existe um pensamento africano, afrodiáspórico e da população negra no Brasil que constrói e elabora um pensamento filosófico, que está ancorado nas vivências ancestrais e que podem contribuir para forjar a sociedade brasileira, mesmo que alguns as rejeitem.

Para nós, apresentar este trajeto é colocar em evidência a necessidade que diferentes formações, ao longo de nossas trajetórias, entrecruzam-se com novos paradigmas para que, de fato, possa-se ampliar o conhecimento do ensino africano e afro-brasileiro como um paradigma libertador em contraponto a uma história atrelada ao colonialismo e dominada, durante muito tempo, apenas pelos especialistas, sobre temas fundamentais para se fazer frente a uma educação mais plural e emancipadora.

Assim, consideramos que as escolhas feitas, até este momento, dentro da porteira de dentro à porteira de fora, de certa forma têm oferecido a oportunidade de os(as) estudantes ressignificarem o papel da filosofia ao abrir o ensino e aprendizagem como um espaço de reflexão sobre os caminhos da filosofia africana e na diáspora, superando



o desconhecimento de pensadores(as), de forma a enfrentar o desafio de ampliação de novas leituras no patamar de reconstrução da história da filosofia e incorporando novas epistemologias como exercício de descolonização do pensamento social brasileiro na educação.

REFERÊNCIAS

ABPN. TAVARES, Breitner *et al.* (Orgs.). *Dossiê Temático: Educação superior e transformação social: descolonização e igualdade racial*. Edição: v. 13, n. 37, Jun./Ago., 2020.

ANDRADE, Ricardo Henrique Resende de. Jean Maugüé: O discreto charme do precursor da filosofia universitária brasileira. *Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas*, Serra Talhada, v. 4, n. 1, p. 13-36, Jan./Dez., 2017.

ANTONIO, Fausto C. Descolonização do currículo escolar. In: DA AUTORA, DO AUTOR e MEIJER, Rebeca Alcântara da Silva. *Abordagens Políticas, Históricas e Pedagógicas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar*. Fortaleza: UNILAB, 2015.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014.

BÂ, Amadou Hampaté. *A noção de pessoa na África Negra*. Disponível em https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amadou_hampat%C3%A9_b%C3%A2_-_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_pessoa_na_%C3%A1frica_negra.pdf. Acessado em: 7 de junho de 2022.

BONO, Ezio L. *Muntuísmo: a ideia de pessoa na filosofia africana contemporânea*. Moçambique: Educar, 2014.

BRASIL, Brasília, Ministério da Educação. *Sociologia: ensino médio*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 10 de maio de 2023.

CULIMUA, Aristides Silvestre; FIGUEREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. *Os planos de ensino em Moçambique: uma análise das suas implicações para o ensino secundário*. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/55159/34942>. Acessado em: 10 de julho de 2023.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997



CUNHA JR, Henrique. *NTU: introdução ao pensamento bantu*. Educação em debate, v. 1, n. 59, 2010, p. 25-40. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/henrique_cunha_junior_-_ntu.pdf. Acessado em: 3 de agosto de 2022.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Tradução de Antonio Piquet e Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ELUNGU, P. E. A. Tradição Africana e Racionalidade Moderna. *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, v. 4, n. 8, 2014, p. 593-598. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/305>. Acessado em: 10 de julho de 2023.

GAIA, Ronan da Silva Parreira Gaia. VITÓRIA, Alice da Silva. *Orixás, Nkises e Voduns: as nomenclaturas e etnias dos sagrados nos Candomblés Ketu, Bantu e Jeje*. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/29679/30230>. Acessado em: 2 de junho de 2023.

GELAMO, Rodrigo Pelloso; GARCIA, Amanda Veloso; RODRIGUES, Augusto. Descolonizar a filosofia brasileira: desafios éticos e políticos para as filosofias do sul global. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 45, 2022, p. 415-438. (Edição Especial).

KALUMBA, Kibujjo. *Filosofia da Sagacidade: sua metodologia: sua metodologia, resultados, significância e futuro*. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kibujjo_m._kalumba_-_filosofia_da_sagacidade._sua_metodologia_resultados_e_signific%C3%A2ncia_e_futuro.pdf. Acessado em: 1 de setembro de 2022.

KARENKA, Maulana. A função e o futuro dos estudos Africanos: reflexões críticas sobre sua missão, seu significado e sua metodologia. In: NASCIMENTO, E. Larkin (Org.). *Afrocentricidade – uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. *História geral da África*. Metodologia e pré-história da África. Introdução Geral. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

LEITE, Fábio. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos (USP)*, n. 18-19. São Paulo: CEA, 1995/1996, p. 103-118.

LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MACEDO, José Rivair (org.). *O pensamento africano no século XX*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MACHADO, Adilbênia. *Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2014a. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16155>. Acessado em: 10 de setembro de 2022.

MACHADO, Adilbênia. Filosofia africana para descolonizar olhares: perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais. *Tear*. V. 3, n. 1, 2014b, p. 1-20.

NASCIMENTO: Wanderson Flor do. Outras vozes no Ensino de Filosofia: o pensamento africano e afro-brasileiro. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Brasília, n. 18, maio/out. 2012, p. 153-170. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4524/4126>. Acessado em: 21 de setembro de 2022.

NOBLES, Wade. Sakhu Sheti: Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NOGUERA, Renato. *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca nacional, 2014.

OBENGA, T. Egypt: ancient history of African philosophy. In: WIREDU, K. (Ed.). *A Companion to African Philosophy*. Philadelphia: Blackwell Publishing Ltd; Oxford, 2006.

OLIVEIRA, Eduardo D. de. Filosofia da Ancestralidade como filosofia Africana: Educação e Cultura Afro-Brasileira. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Brasília, n. 18, maio/out. 2012, p. 28-47. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4456/4068>. Acessado em: 9 de junho de 2022.

OLIVEIRA, Eduardo D. *Epistemologia da Ancestralidade*. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf. Acessado em: 23 de setembro de 2009

OLIVEIRA, Eduardo D. *Africanidades na Educação*. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15179/3/2003_art_edoliveira.pdf. Acessado em: 5 de junho de 2023.

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. Descolonizando os Currículos e Educando as Relações étnico-raciais: pesquisas e práticas educativas de raízes africanas. *Revista da ABPN*, v. 13, p. 18 – 36, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1260/1176>. Acessado em: 27 de julho de 2023.

PEREIRA, Linonly J. A. Paradigma afro-ancestral: reflexões iniciais de novas epistemologias a partir da cosmovisão nagô-yorubá. In: DO AUTOR.; VILLACORTA, G. M. *Rede de colaboração educacional: a UNILAB em destaque numa dimensão afrocentrada*. Fortaleza: Imprece, 2020.

OMOREGBE, Joseph I. Filosofia Africana: Ontem e Hoje. In: *African Philosophy: an Anthology*. EZE, Emmanuel Chukwudi, Massachusetts/Oxford, Blacwell Publishers, 1998Tradução Renato Nogueira Jr. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20704791->

Filosofia-africana-ontem-e-hoje-i-joseph-i-omoregbe-traducao-renato-nogueira-jr.html. Acessado em: 1 de julho de 2023.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. *Ensaaios Filosóficos*. v. 4, Out., 2011, p. 6-24. Disponível em: https://www.ensaaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf. Acessado em: 9 de junho de 2022.

RAMOSE, Mogobe. *A filosofia do Ubuntu e Ubuntu como uma filosofia*. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/texto16.pdf>. Acessado em: 10 de setembro de 2022.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma Africana no Brasil - Os iorubás*. Disponível em: <http://www.crpso.org.br/diverpsi/arquivos/alma-africana-no-brasil.pdf>. Acessado em: 15 de setembro de 2022.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. A Pedagogia da tradição: as dimensões do ensinar e do aprender no cotidiano das comunidades afro-brasileiras. *Paideia*, Ano VIII, n. 11. 2011, p. 31-52. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/1308>. Acessado em: 26 de julho de 2023.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis, RJ : Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade – a forma social negro-brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1988.

SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade - Ensinaamentos ancestrais africanos sobre relacionamentos*. Disponível em: [datenpdf.com_sobonfu-some-o-espírito-da-intimidade-\(1\).pdf](https://datenpdf.com_sobonfu-some-o-espírito-da-intimidade-(1).pdf). Acessado em: 23 de agosto de 2023.

SOUZA, Edileuza Penha de. *Tamborizar História e Afirmação da auto-estima das crianças e adolescentes negras e negras através dos tambores de Congo*. Dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade. Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2005.

UNILAB. *Projeto Pedagógico Curricular - Licenciatura em Pedagogia*. Disponível em:

[https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/01/Projeto-Pedag%
Curricular-do-Curso-de-Licenciatura-em-Pedagogia-Campi-Liberdade-e-Palmares.pdf?_ga=2.13320948.2125386438.1683054675-1734234008.1646742086](https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/01/Projeto-Pedag%c3%b3gico-Curricular-do-Curso-de-Licenciatura-em-Pedagogia-Campi-Liberdade-e-Palmares.pdf?_ga=2.13320948.2125386438.1683054675-1734234008.1646742086).
Acessado em: 20 de julho de 2023.

Submetido em: 17/01/2024

Aceito em: 01/04/2024

⁴ Ialorixá Senhora de Oxum, mãe-de-santo da Bahia, do terreiro de São Gonçalo do Retiro, o Centro Cruz Santa do Axé Opô Afonjá.

⁵ Diáspora compreendida como a dispersão forçada dos povos africanos em diferentes países pelo escravismo criminoso, resultando em diferentes consequências sociais, políticas e econômicas, dentro e fora do continente.

⁶ Professor titular do Departamento de Estudos Afro-Americanos (Black Studies) da Universidade do Estado da Califórnia, São Francisco. Fonte: <https://www.gruposummus.com.br/autor/wade-w-nobles/>

⁷ Grupos originários do sul e do centro do Daomé e do sudoeste da Nigéria, dos Iorubanos (vindos da Baía de Benin, na região da Nigéria e de Gana) e as dos Jêje-mina e Jêje-mahi (formados pelos povos fons, provenientes do Dahomé e pelos mahins) (Moura, 1992).

⁸ Edição Fundação Palmares.